



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 5 de fevereiro de 2011

A CRITICA	
IMPOSTOS	1
ÚLTIMAS	
A CRITICA	
Sonegadores em apuros	2
ECONOMIA	
A CRITICA	
Lojistas dizem que internet dificulta operação da NF-e	3
ECONOMIA	
A CRITICA	
Júlio Ventilari	4
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO	
Sai novo PPB para televisores	5
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Importação	6
ECONOMIA	

IMPOSTOS

Cresce arrecadação no Estado

Janeiro fechou com R\$ 77,6 milhões a mais do que em janeiro do ano passado. Diferença: 18,47%

O Governo do Amazonas arrecadou mais em janeiro deste ano do que no mesmo mês do ano passado. O crescimento foi de 18,47%. O saldo do apurado pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) foi de R\$ 498.332.517,85 este ano, contra R\$ 420.644.552,82 de janei-

ro de 2010. A diferença é positiva em R\$ 77.687.965,03.

RANKING

A indústria destacou-se entre os setores da economia com maior participação na arrecadação, registrando aumento de 23,56%. Passou de R\$ 182.264.044 para

R\$ 225.197.830. O comércio obteve o segundo lugar com 14,14% de aumento. O recolhimento de imposto subiu de R\$ 171.065.920 para R\$ 195.257.218. Os serviços também tiveram crescimento de 9,68% com elevação de R\$ 43.625.685,35 para R\$

47.849.615.

O desempenho em janeiro ficou acima do esperado pela Sefaz para o período. Entre o estimado e o efetivado a receita tributária subiu 3,59% com entrada nos cofres públicos de R\$ 17.276.457,07 a mais do que o previsto.

Em números

#

40,4

por cento foi o crescimento da arrecadação deste primeiro mês comparado ao mesmo mês de 2008. Em relação ao mesmo janeiro de 2009, o crescimento é de 37,06%. O orçamento estimado e aprovado para 2011, é de R\$ 10,4 bilhões.

Sonegadores em apuros

NF-e permite rápido cruzamento de informações dos contribuintes, favorecendo a identificação de eventuais fraudes

JOUBERT LIMA
DÁ EQUIPE DE A CRÍTICA

Os contribuintes amazonenses ainda estão se acostumando à nota fiscal eletrônica. Para o fisco estadual, o novo sistema trouxe aumento da arrecadação e maior controle; para o contribuinte, representou algum investimento na compra de softwares e equipamentos; e para sonegadores, muito mais dificuldade. É que ficou mais fácil para a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) identificar indícios de sonegação.

Que o digam as empresas que serão visitadas por fiscais da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz) por declarar ao órgão movimentação inferior ao registrado junto às operadores de cartão de crédito em dezembro. No total, a Sefaz identificou 1.370 empresas que deixaram de declarar R\$ 139,1 milhões na DAM (Declaração de Apuração Mensal). Inicialmente, serão visitadas as 101 maiores empresas listadas, que respondem 61,3% do que deixou de ser recolhido.

As demais empresas serão notificadas sobre a dívida e já estão em regime de controle eletrônico, com suas operações em monitoramento por técnicos da Secretaria de Fazenda.

Busca rápida



Em busca de R\$ 15 milhões sonegados

A Sefaz também está no encalço de 110 empresas que deixaram de pagar R\$ 15,2 milhões em dezembro referentes a ICMS. Inicialmente, os contribuintes estão sendo apenas "lembrados" da dívida com o fisco. Estão nesta situação alguns dos maiores varejistas da cidade. Eles têm três dias para pagar.

ATENÇÃO NO CUPOM

Outra forma que muitas empresas utilizam na tentativa de burlar o fisco é não emitir nota fiscal ao consumidor. Em vez disso, o estabelecimento fornece apenas uma nota sem qualquer valor fiscal, o que nem sempre é percebido pelo consumidor. Evidência do problema é que existem 16 mil empresas registradas no Cadastro do Comércio Varejista do Amazonas (CCA), mas a Sefaz atesta a operação de 15 mil Emissores de Cupom Fiscal (ECF) - equipamentos que emitem as notas.

Diante disso, os fiscais da Se-

De olho na nota fiscal Infográfica/AC

CUPOM ORIGINAL

Tem que mostrar o nome, endereço e CNPJ da empresa

THE FLY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AV. HIL GUARJID, S/N J TEIXEIRA CNPJ 0000012
01/02/2011 12:38:35 CCF: 119463 CUD: 122258

CUPOM FISCAL

ITEM COUTO DESCRICAO QTD UN VL UNIT (R\$) ST VL ITEM (R\$)
001 7898289210727 PAD INTERAL BROTHERS 430 G 1 11 8,950
002 7898343870233 CRAVO DC 30 G 1 117,000 1,456
003 7891000014202 NINHO LACTEA MORANGO 180G 3 X 2,20 117,000 6,600
TOTAL R\$ 15,00
Dinheiro 15,00

Atenção: Caixa Versão 2.1.0.0
Movimento: 167234
OBRIGADO! IMPLANTADO HP-2100 TH F1 ECF-IF
BEMATECH HP-2100 TH F1 ECF-IF
VERSÃO: 01.01.00 ECF: 001-1-1-0001
000000000071V0YYVOP 01/02/2011 12:38:50
FAB: BE050975610000035905

Deve trazer o número de ordem do cupom

Precisa identificar o produto, preço unitário, quantidade, alíquota de ICMS e valor total

Deve trazer o nome do aplicativo fiscal e nº do ECF

SEM VALOR FISCAL

PRODUTOS: 1.0.00.460
VENDEDOR: BALCÃO
OPERADOR: CAIXA
ENTRADA: 08/07/2010 20:05
CLIENTE: CONSUMIDOR FINAL
ENDEREÇO:
Cidade: MANAUS

00006-PASTEL DE CARAMELO FRESCO
1 X 9,00 Desc.: 0,00% = 9,00
000125-PORTÃO DE CARNE
1 X 10,00 Desc.: 0,00% = 10,00
000137-REFRIGERANTE LATA 355ML
2 X 2,80 Desc.: 0,00% = 5,60
000137-REFRIGERANTE LATA 355ML
1 X 2,80 Desc.: 0,00% = 2,80

Itens: 27,40
DESCUITS: 0,00
TOTAL: 27,40
Itens: 27,40
PAGO: 27,40

1 Mero registro da compra, não identifica a empresa

2 Não traz a identificação do equipamento na Sefaz

3 Não identifica a o software fiscal nem o ECF

Fonte: Sefaz

faz foram às ruas e recolheram mais de 100 impressoras não fiscais usadas para enganar consumidores e o fisco; inclusive em grandes shoppings da cidade. O secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham, alerta os consumidores para que fiquem atentos às notas que recebem por aí (veja a diferença entre um cupom fiscal legítimo e uma nota sem valor fiscal ao lado).

Empresas que emitem notas sem valor fiscal devem ser denunciadas à Sefaz pelo site da secretaria (www.sefaz.am.gov.br). O depósito da Sefaz no bairro São Francisco já está apinhado desses equipamentos irregulares.

E QUEM NÃO TEM ECF?

Empresas que ainda não possuem ECF devem adquiri-lo sem demora, o que requer investimento. Uma máquina desse tipo custa cerca de R\$ 2 mil e precisa de um software fiscal cujo preço varia entre R\$ 500 e mil. A solicitação de registro do aparelho deve ser feita junto à Sefaz. Enquanto a autorização não chegar, o empresário pode emitir a nota fiscal modelo 2, que dispensa, temporariamente, o uso do equipamento. A multa por máquina irregular é de R\$ 5 mil, se o equipamento tiver registrado as operações, o imposto devido também é calculado.

Lojistas dizem que internet dificulta operação da NF-e

Se o fisco está extremamente satisfeito com os resultados obtidos com a Nota Fiscal Eletrônica, os contribuintes, por outro lado, reclamam das despesas na implantação do novo sistema e de problemas práticos para operacionalizá-los. A principal queixa recai sobre a precariedade da Internet, que, se já é ruim na capital, no interior consegue ser muito pior.

Ocorre que as informações sobre a movimentação comercial do varejo e apuração do ICMS são enviadas à Sefaz por meio da Internet. Se esta sai do ar ou fica muito lenta - problemas muito frequentes por aqui - a operacionalização da nota eletrônica fica bem difícil.

Em Manacapuru, o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) da cidade, Nazareno Batista da Silva, 44, enfatiza que o problema não é a nota fiscal em si, mas a péssima qualidade da Internet no município que, frequentemente inviabiliza, não só a emissão da nota, como também a consulta ao SPC.

"A gente analisa que Manacapuru tem a Internet pior e mais cara do Amazonas. Aqui

Em números

#

R\$ 498.332517

Foi o resultado da arrecadação do Estado em janeiro deste ano. O montante ficou R\$ 77,6 milhões acima do apurado em janeiro do ano passado. O crescimento da arrecadação tributária no primeiro mês do ano foi de 18,47%.

na cidade temos dois provedores, mas tem hora que ninguém consegue navegar. É só o tempo fechar e a Internet sai do ar", comenta o empresário.

Na próxima segunda-feira, o problema será discutido, juntamente com outras demandas, em uma audiência pública.

OUTRO MODELO

O secretário de Estado da Fazenda, Isper Abrahim, afirmou que a Sefaz tem conhecimento da dificuldade dos empresários de Manacapuru, mas ressalta que

a lei prevê procedimentos em caso de falha na Internet. "A lei diz que, se o empresário não puder emitir, seja por que faltou energia ou por falta de conexão, deve-se usar a nota padrão suplementar", diz o secretário. Trata-se de um registro provisório, em papel, carbonada, semelhante ao que havia antes da NF-e. Mas o lojista fica com a obrigação de lançar os dados no sistema tão logo seja possível.

Isper lembrou que a situação da Internet do Amazonas tendem a ser, pelo menos, melhorada. Uma série de investimentos públicos e privados devem mostrar resultados consistentes já a partir deste ano, melhorando a qualidade da conexão.

ARRECADAÇÃO

A NF-e é um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento de 18,47% no mês de janeiro na comparação com janeiro de 2010. O principal incremento foi registrado no setor industrial, com alta de 23,5% no valor apurado. O comércio cresceu 14,1%. O resultado superou o valor orçado para o período em 3,59%.

Júlio Ventilari

Sob avaliação

→ Não está correspondendo às expectativas do Governo Omar Aziz o entreposto da ZFM em Uberlândia, que em março faz um ano que foi instalado.

→ Insatisfeito, o secretário da Sefaz, Isper Abrahim Lima, pediu um levantamento completo dos números.

→ A operação no local é executada pela concessionária Supporte.

Sai novo PPB para televisores

RICHARD RODRIGUES

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

A partir do próximo ano, todos os televisores fabricados no Polo Industrial de Manaus (PIM) deverão sair da fábrica com conversor digital integrado. A determinação está no atual Processo Produtivo Básico (PPB) de TVs, divulgado na última quinta-feira pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior (Mdic) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A medida valerá já no dia 1º de janeiro de 2012, quando todas as fabricantes de TVs do parque fabril devem cumprir o PPB para poderem continuar usufruindo dos incentivos fiscais concedidos às empresas do segmento. Neste ano, as TVs com dimensões iguais ou superiores a 26 polegadas com selo 'Produzido na Zona Franca de Manaus (ZFM)' devem ter o set-top box integrado.

O coordenador de Acompanhamento de Projetos Industriais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Gustavo Igrejas, afirmou que o novo processo não deve afetar o desempenho das indústrias fabricantes do equipamento, uma vez que não houve grandes mudanças, mas sim ajustes.



Neste ano, televisores LCD, produzidos em Manaus, com dimensões iguais ou superiores a 26 polegadas, passam a sair de fábrica com recepção de sinal digital

"As alterações nos PPBs, não só no de TVs de LCD, mas também nos servidores, dispositivos de cristal líquido e bens de informática em geral, passaram apenas por pequenos ajustes em seus escopos, e não ocasionarão em impactos significativos para o PIM", observou Igre-

jas, ao acrescentar que todas as empresas do setor tomaram conhecimento do assunto e concordaram com adequação.

Além da obrigatoriedade do conversor, as adequações do PPB também ocorreram nas etapas adicionais nos percentuais de dispensa du-

rante a industrialização do eletroeletrônico, onde consiste a fabricação de 60% dos cabos de força utilizados nos televisores, seja de 1% e não mais 0,5%. O mesmo ocorre com a fabricação de 60% dos condutores elétricos com peças de conexão – exceto os cabos chatos 'flat cable', cabo

em filme flexível e cabo de força – seja de também de 1% e não mais como era no PPB passado, que era de 0,5%.

As adequações foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) da última quinta-feira (3), com a anuência do Mdic e MCT, responsáveis pelas alterações.

Importação

Governo estuda elevar alíquotas

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, confirmou ontem que o governo estuda a possibilidade de elevar as alíquotas de importação de alguns produtos industriais. O ministro citou, entre eles, produtos têxteis, de vestuário, couro, calçados e eletroeletrônicos, alguns dos quais são afetados pelas importações vindas da Ásia.

"Não vamos fechar a economia", afirmou, após participar de reunião com empresários no escritório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo. "Não vamos elevar indiscriminadamente para uma cadeia ou para um setor inteiro. Estamos analisando todos os casos com lupa", acrescentou. A pauta envolve cerca de 12 mil produtos.

O ministro reiterou que se trata de uma prática de defesa comercial. "A partir de agora, teremos uma prática de defesa comercial, algo que todos os países praticam. Antes, nós já fazíamos, mas não com essa ênfase com que vamos fazer a partir de agora", afirmou. De acordo com Pimentel, a ideia é montar um sistema de acompanhamento dos preços de produtos importados para compará-los aos praticados por similares brasileiros.